



***Americanos por brasileiros
no fim do século XIX***

Antonio Dimas



resumo

No final de 1893, Eduardo Prado tumultuou o cenário intelectual e político brasileiro ao publicar *A Ilusão Americana*, imediatamente confiscado pelo governo de Floriano Peixoto, nem um pouco interessado em provocar atrito com o governo norte-americano. Em 1899, foi a vez de Oliveira Lima publicar seu *Nos Estados Unidos*, obra de franca simpatia pelo país norte-americano. Entre ambos, o jovem Adolfo Caminha publicou seu *No País dos lanques* (1894), relato de viagem que realizara como guarda-marinha do Almirante Barroso, em visita oficial a Nova Orleans e Nova York. Estas obras, com algumas crônicas de Olavo Bilac e com a crítica literária de José Veríssimo, diluem parte da histórica francofilia brasileira e nela inserem uma alternativa que aponta para o universo de língua inglesa.

Palavras-chave: Adolfo Caminha; Eduardo Prado; José Veríssimo; Olavo Bilac; *A Ilusão Americana*; *No País dos lanques*; *Nos Estados Unidos*; crônica.

abstract

In the end of 1893, Eduardo Prado stirred quite a buzz in the Brazilian intellectual and political scene when he published The American Illusion, which was immediately confiscated by the government of Floriano Peixoto, who wanted to avoid spurring clashes with the American government. In 1899, Oliveira Lima published In the United States, a work which was clearly supportive of America. Between those two works, the young Adolfo Caminha published his In the Country of the Yankees, an account of the trip he took as an ensign on the Almirante Barroso, in an official visit to New Orleans and New York. Those works, along with some chronicles by Olavo Bilac and the criticism by José Veríssimo, tone down the historical Brazilian Francophilia and bring into it an alternative pointing to the English language universe.

Keywords: Adolfo Caminha; Eduardo Prado; José Veríssimo; Olavo Bilac; The American Illusion; In the Country of the Yankees; In the United States; chronicle.

Q

uando derrubaram o Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, na década de 70, derrubava-se não só um monumental conjunto arquitetônico, mas também um marco de nossa indecisão cultural. Implantado em 1904 na cabeceira sul da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, aquele edifício público explicitava nossa francofilia e repudiava, de modo pouco sutil, nossa herança urbana portuguesa. Dois anos depois, o Monroe tornava-se

cenário de outro movimento, de outra escolha: nosso alinhamento com os Estados Unidos, quando ali se instalou a 3ª Conferência Pan-Americana, em 1906. Em muito pouco tempo, o imponente “bolo de noiva” esquartejou-se entre a Europa e os Estados Unidos. Setenta anos depois, em 1976, apagaram-no, de vez, em nome de um Brasil novo e eufórico, porque – era o que se alegava – *ficou na contramão atrapalhando o tráfego*.

De um ponto de vista simbólico, é esse imponente “bolo de noiva”, segundo o jargão arquitetônico, que concentra e ilustra essa indecisão, esses impasses, essas escolhas, que vinham de longe e de que participaram muitos intelectuais brasileiros, com intensidades diferentes e com discursos variados, desde os mais radicais aos mais moderados; desde os mais contundentes aos mais maleáveis. Para efeito desta especulação curta, compatível com

este espaço e com o grau de intervenção neste debate, vêm-nos à mente nomes como Adolfo Caminha (1867-1897), Eduardo Prado (1860-1901), Joaquim Nabuco (1849-1910), José Veríssimo (1857-1916), Machado de Assis (1839-1908), Olavo Bilac (1865-1918) e Oliveira Lima (1867-1928). Excetuando-se Adolfo Caminha e lembrando que houve diferentes graus de participação, todos eles estiveram envolvidos com a criação da Academia Brasileira de Letras, uma iniciativa de timbre nitidamente francês, pensada para conferir reconhecimento grupal a uma classe intelectual já atuante, mas ainda carente de imagem pública coesa e institucionalizada.

Servem-nos esses nomes para esboçar algumas considerações em torno dos intelectuais brasileiros do final do século XIX, que se manifestaram, contra ou a favor, da incipiente presença dos Estados Unidos em nosso universo político e cultural, um relacionamento que sempre se mostrou conturbado e sujeito aos humores do momento. Ou, se quisermos dilatar o espectro, esquadriñar alguns componentes da construção lenta do fluxo transatlântico entre a língua inglesa e este país de ascendência latina e composição mestiça, cujo centro de irradiação era, de preferência, o Rio de Janeiro, até o início da Segunda Guerra Mundial.

ANTONIO DIMAS é professor titular de Literatura Brasileira da FFLCH-USP e autor de, entre outros, *Bilac, o Jornalista* (Edusp/Imprensa Oficial/Unicamp).

Do nosso lado, uma bibliografia já assentada – ficcional, testemunhal ou documental – estende-se sobre o assunto, mas sua inclusão aqui não cabe.

Aqueles escritores, jornalistas e intelectuais, reunidos em torno da Academia Brasileira de Letras e autorizados por uma carreira pública que não era de somenos, externaram sua opinião, a partir de um centro irradiador de informações, que era o Rio de Janeiro da virada do século. Não obstante estarem imersos em uma cultura francófila, foram eles que ajudaram a construir um repertório alternativo para nossa formação cultural mestiça, na qual a França parecia protagonizar papel exclusivo no século XIX, devorando todas as outras influências. Mas não era bem assim.

É claro que não foram apenas esses os intelectuais, nem estavam eles inaugurando alguma contenda nova.

Hipólito José da Costa (1774-1823), por exemplo, antecipara-se a eles e nos deixou seu *Diário da Minha Viagem para Filadélfia*, escrito entre 1798 e 1799, mas publicado no Brasil apenas em 1955. Em 2016, Tânia Dias, pesquisadora da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, deu-nos uma robusta edição crítica desse diário, muito bem contextualizado e com tratamento filológico exemplar. Depois de Hipólito, outra figura importante nessa conexão Brasil-Estados Unidos foi a de José Carlos Rodrigues (1844-1923), que publicou em Nova York uma revista denominada *O Novo Mundo*, entre 1870 e 1879, e da qual foi secretário o maranhense Sousândrade (Joaquim de Sousa Andrade, 1832-1902), poeta de traço radical. No campo específico das conexões literárias incipientes entre os dois países, não é complicado elaborar lista preliminar, onde alguns nomes têm presença garantida. Por exemplo: Alceu Amoroso Lima, Brito Broca, Cassiano Nunes, Eugênio Gomes, Hélio Lopes, Lúcia Miguel Pereira, Manuel Bandeira, Otto M. Carpeaux, Sérgio Milliet, Vinicius de Moraes, Willi Lewin e tantos outros, que atuaram também como intermediários entre o Brasil e a Inglaterra. Numa antologia de contos norte-americanos, de 1963, organizada a partir de uma outra publicada em 1945, nomes como Alfredo Mesquita, Antonio

Candido, Decio de Almeida Prado, João Cabral de Melo Neto, Lauro Escorel, Marques Rebelo e Rachel de Queiroz aparecem como tradutores.

Quando a universidade brasileira atenuar ou levantar o veto ideológico que pende sobre as relações intelectuais entre nós e os norte-americanos, talvez reduplique-se a bibliografia desse campo, ainda repleto de recantos obscuros e profundos.

* * *

É de uma das crônicas de Bilac – ele, de novo! – que desencravo comentário de amplo alcance cênico no qual se visualiza como era a imagem dos Estados Unidos. Escrevendo sua coluna “Diário do Rio” para o *Correio Paulistano* (31/5/1908), o cronista comenta a reação zangada da imprensa carioca à visita de uma “baronesa dada às letras e às viagens”, suspeita de ingratidão. Diz o parágrafo meio longo:

“Aí está bem vivo o exemplo dos Estados Unidos da América. Desde que me conheço, e desde que leio jornais da Europa, só encontro nesses jornais publicações malevolentes contra a grande nação americana. Segundo a imprensa europeia, o povo americano é profundamente egoísta, plutocrata, açambarcador e amoral; a sua preocupação única e absorvente é ganhar dinheiro; o seu único ideal é o gozo das baixas satisfações da vida; as suas mulheres são sacerdotisas do deus *Flirt*; os seus políticos são de uma venalidade inexcusável; os seus casamentos são negócios; os seus negócios são ladrocinhas... É isso o que se lê em artigos de jornais, em crônicas, em revistas, em livros franceses, ingleses, alemães, italianos, portugueses, espanhóis. E tudo isso não impede que a nação assim julgada seja hoje a mais rica da terra – nação nascida ontem, e já fazendo sombra e inveja às mais velhas e opulentas!”¹

Segundo Bilac, não só a baronesa era previamente suspeita. Uma outra leva de visitantes

1 As crônicas bilaquianas aqui utilizadas foram recolhidas por Dimas (2006). Esta é do vol. 2, p. 186. Daqui em diante só serão indicados o volume e a página.

estrangeiros também, porque, argumentavam alguns jornalistas, “toda essa gente aqui vem com o fito no nosso dinheiro, e, não sendo paga, vinga-se de nós, caluniando a nossa civilização” (vol. 2, p. 186).

Desmanchada a pontualidade da questão, o que está em jogo, em contexto mais largo, é a opinião do cronista, que defende maior receptividade ao estrangeiro, mesmo que sua opinião não nos adule; que não preencha nossas expectativas de afago; que não se curve à propalada beleza do país ou à nossa mítica simpatia.

Aquilo que parece lembrança isolada de Bilac e, portanto, mero repente condenado à evanescência da crônica, perde essa característica se o juntarmos com outras passagens de outras crônicas suas nas quais o relacionamento com o estrangeiro é fio condutor. Habitado a prolongadas viagens anuais, rumo à Europa, ou afeito a caminhos internos e distantes de seu Rio querido, Bilac expande-se sobre seus contatos com o outro, sempre disposto a encará-lo de forma receptiva, mas não isenta de crítica. Ao longo de sua produção para jornais e revistas não é difícil recortar comentários seus sobre nosso comportamento diante do estrangeiro, seja ele abonado e famoso, seja imigrante pobre em busca de novas oportunidades de vida. Em outra crônica para o *Correio Paulistano* (4/6/1908), por exemplo, sua atenção volta-se para os imigrantes árabes que nos procuravam, aponta para a hostilidade que sofriam anos antes e para o acolhimento de então. Mais importante que o fato em si, no entanto, é sua conclusão a respeito da nossa política migratória:

“Uma de duas: ou temos vitalidade própria bastante para absorver e incorporar ao nosso gênio e à nossa raça todos os elementos estrangeiros que nos procurem – ou não a temos. No primeiro caso, havemos de absorver igualmente os morenos e os claros, os pretos e os amarelos, os europeus e os asiáticos. E, no segundo caso, não será a escolha da colonização que nos há de manter uma independência e uma preponderância impossíveis” (vol. 2, p. 187).

Não é difícil também recolher aqui e ali suas opiniões sobre nossa política externa e o

modo como nos conduzíamos diante dos países europeus com quem mantínhamos contato histórico ou diante da força emergente dos Estados Unidos. Nesse caso, variando entre o sério e o irônico, mas mantendo sempre uma perspectiva *cool*, alinham-se várias crônicas suas em que se diversifica o assunto em torno da conduta norte-americana. Em certo momento, o que interessa é a iniciativa disparatada de um grupo de magnatas locais, que pretende comprar a Torre Eiffel e transportá-la de Paris para Baltimore. O gesto provoca a plena aprovação do cronista, que achava um horror aquele monumento criado para festejar a Exposição Universal de Paris de 1889. Sua opinião a respeito é taxativa: “Um sindicato de capitalistas *yankees* adquiriu o monstro por cerca de dous mil contos: Paris, se a sua municipalidade tivesse juízo, devia dar ainda a Baltimore um milhão de francos de quebra para lhe agradecer o favor” (vol. 1, p. 142). Em outro momento, sua preocupação é com desordens públicas em Boston, onde “ainda se ensanguentam caras e ainda se arrebetam crânios em lutas religiosas” (vol. 1, p. 169). Mais adiante, sua atenção se volta para o gigantismo norte-americano: “Nos Estados Unidos só se fazem cousas monumentais: tudo ali é descomunal – casas e ideias, fortunas e falências” (vol. 1, p. 874).

O bom cronista ajusta sua pulsão narrativa ao assunto. Do ponto de vista do artefato literário, o equilíbrio entre o discurso e sua motivação externa deve ser o mais justo possível para que não haja sobrecarga emocional do texto, nem do leitor. Na construção da crônica, Bilac pregava com insistência o uso da ironia e da piedade, título, aliás, de um de seus livros, publicado em 1916. Numa de suas crônicas, ele se explicita a respeito dessa dualidade que deve controlar a construção do gênero:

“Vêde bem! Se há um desastre, se há um crime, se há um suicídio, descrevemos essas cousas com a mesma indiferença, com a mesma calma, com a mesma impassível opulência de palavras ocas com que descreveríamos um baile, um batizado, uma pândega. Manejamos a ironia e a piedade com o mesmo soberano desdém” (vol. 1, p. 264).

Movido por esse princípio, o cronista enfrenta os assuntos pândegos ou os sérios com a mesma tonalidade estilística, sem demonstração de ânimo alterado. Isso não significa, é claro, omissão opinativa. Diante da notícia de transferência continental da Torre Eiffel ou de uma outra que previa a construção nos arredores de Pittsburgh, o grande polo siderúrgico dos EUA, de uma estátua enorme de Tubalcaim, o descendente tihoso de Caim, que era tido como o primeiro homem a manejar o ferro e o cobre, a reação do cronista é sempre a mesma: ponderada, mas humorada. E o mesmo se pode dizer se o fato em foco é de alcance mais amplo e menos local. Quando os Estados Unidos decaparam parte da Colômbia para criar o Panamá, em novembro de 1903, o cronista atribuiu ao “sentimentalismo” – variante eufêmica de conservadorismo – as reações contrárias à nova geografia mesoamericana. Segundo Bilac, o gesto ousado provocou a indignação conservadora:

“Contra a intervenção cirúrgica, praticada com soberba audácia pelo Tio Sam, já começou a ouvir-se protestos do Sentimentalismo. O Sentimentalismo é um médico da escola antiga, que tem medo dos processos novos, e não se anima a praticar outra medicina que não a de pomadas e pílulas. O grande Cirurgião do Norte não acredita na ação de pílulas e pomadas: empunhou a sua rutilante faca cirúrgica e deu o golpe decisivo na questão, com uma coragem e uma perícia que encheram o mundo de espanto” (vol. 1, p. 607).

A metaforização médica do *affair* político alivia, mas não disfarça a posição do cronista, sempre entusiasmado com modificações de cenários urbanos ou nacionais. Daí que não se cale frente a conflitos expansionistas europeus, às ocupações territoriais por parte de estados hegemônicos, ao temor generalizado diante do “perigo alemão”, do “perigo amarelo”, do “perigo americano” ou “pan-americano”. Sua visão pragmática, parente muito próximo da feição realista de sua poesia parnasiana, impeliu o cronista a sugerir alinhamentos úteis e a repelir alianças concessivas. Não é à toa que se pergunta ele em crônica para a *Gazeta de Notícias* de 8 de abril de 1906:

“Com quem devemos procurar manter uma solidariedade, que favoreça o nosso progresso, tão retardado por sessenta e sete anos de monarquia inepta e dezessete anos de república desmiolada? – com os vizinhos, que só querem crescer e prosperar à custa da nossa difamação, sistematicamente organizada? com os cafres? com os chins? com os lapões? com os zulus?!” (vol. 1, p. 787).

Da recusa a determinadas parcerias à aceitação eufórica de outras, seu passo é curto e temerário, mas ajustado ao tempo. Bilac não se poupa pelos jornais. Graças ao conforto do prestígio poético mais que assegurado, sua intromissão no cotidiano não se faz esperar. Mal fizera 20 anos, seu nome explodira como poeta helênico; aos 40, capitalizava o trunfo e apostava numa outra reconfiguração geopolítica menos literária e mais *Realpolitik*. A 3ª Conferência Pan-Americana, reunida no Rio de Janeiro, em agosto de 1906, sob o comando do Barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco, seria o palco ideal para a guinada decisiva e assumida de sua carreira. Como cenário perfeito para essa transformação pessoal e pública, que visava ao coletivo, nada melhor que o Palácio Monroe, cuja arquitetura e decoração rasgadamente francesas haveriam de acolher a mudança significativa de rumos políticos, emparelhando o fascínio francês à gula norte-americana.

Se nos voltarmos para suas crônicas desse período, verbaliza-se de modo ostensivo sua adesão à política americanista preconizada pelo Barão do Rio Branco e implementada por Joaquim Nabuco. Além dessa adesão, de cambulhada com manifestações desembaraçadas a favor de novas tecnologias (automóveis, aeronaves, maquinário para imprensa...), o antigo poeta não vacila e esclarece que tais mudanças implicam abandono de uma linguagem em benefício de outra; que a poesia serve menos que a prosa para os tempos que lhe correm entorno; que aquela serve ao sonho e que esta, à dureza das relações comerciais e políticas. Cedendo-lhe a palavra, dele ouvimos:

“Do istmo do Panamá para baixo, a América é um imenso Parnaso, um vastíssimo viveiro de

pássaros canoros, que nascem gorjeando, e gorjeando vivem e morrem. Entre tantos poetas, os *yankees* não podiam deixar de tornar-se poetas: porque ninguém vive impunemente entre vates [...]. Não vão agora os leitores imaginar que, na Conferência, os pareceres sobre a ‘Doutrina Drago’ foram escritos em redondilhas, ou que cada um dos considerandos do tratado sobre ‘Patentes e Marcas de Fábrica’ foi enviado à Mesa sob a forma de um soneto clássico, de rimas alternadas ou de um rondó arcádico, torcido em voltas e estribilhos. Não! Durante as sessões, falava-se prosa maciça e severa – às vezes um pouco bárbara, cheia de antipáticos termos técnicos” (vol. 1, p. 810).

Não era essa a primeira conversão de Bilac. Em 1893, uns 13 anos antes, sua atuação pelos jornais tinha-lhe valido um exílio interno, quando caiu na repressão florianista decorrente da 2ª Revolta da Armada. Do Rio de Janeiro, assustado, foi asilar-se em Ouro Preto, onde descobriu, fascinado, o Barroco religioso e a riqueza documental dos arquivos locais. Num ímpeto retórico, declarou logo na primeira crônica que de lá enviou para a *Gazeta de Notícias*: “Vir a Minas é vir ao coração do Brasil” (vol. 1, p. 48).

Por mera, mas curiosa coincidência, no mesmo novembro de 1893 em que o cronista Bilac era despachado para o interior de Minas Gerais, por causa de seus comentários antiflorianistas pela imprensa, Eduardo Prado fugia às pressas de sua Fazenda do Brejão, no interior de São Paulo, porque fora notificado de que seria uma das vítimas da mesma instabilidade republicana de então. O motivo concreto era seu livro recém-saído e imediatamente cassado, *A Ilusão Americana*, que denunciava, sem rebuços, o expansionismo norte-americano. Atropelando argumentos, alguns dos quais ordenados mais pela paixão que pela racionalidade histórica, o representante da cafeicultura paulista atribuía o grosso de nossas mazelas à crescente presença norte-americana no Ocidente e não hesitava em denunciar essa influência – perniciosa e grosseira, a seu ver – como resultado da deselegância republicana, tida por ele como inferior aos bons modos da monarquia. Frases recortadas,

mas que não desfiguram sua reflexão, dão o tom da diatribe desse europeizado até a medula, que se locomovia mal em solo brasileiro, do qual extraía seu bem viver, ocioso e sibarita. Preferências supostamente objetivas à parte, não se pode ignorar, por outro lado, que seu discurso deixa escapar, aqui e ali, preconceitos de classe difíceis de controlar e que turvam sua pregação. Sua rejeição aos Estados Unidos é categórica. Alguns exemplos curtos ilustram sua aversão aos norte-americanos:

- “Os Estados Unidos são, para o resto do mundo, o veículo transmissor da bília argentina contra o Brasil [...]”;
- “[...] a influência deletéria que os Estados Unidos exercem na América [...]”;
- “[...] os americanos têm pouco respeito pela vida humana”;
- “[...] onde estão os escritores norte-americanos que se têm ocupado de modo sério do nosso país?”;
- “[...] não temos com aquele país afinidades de natureza alguma real e duradoura”;
- “[...] a influência moral daquele país, sobre o nosso, tem sido perniciosa” (Prado, 1961, pp. 164-86).

O livro de Eduardo Prado poreja preconceitos de classe.

No afã de desqualificar um país que considerava *nouveau riche* sob qualquer aspecto e a léguas de distância, portanto, de uma Europa bem restrita e determinada, *A Ilusão Americana* destila opiniões preconceituosas, que refletem com precisão a medida do seu tempo e do seu espaço.

Como representante de nossa aristocracia cafeeira, treinado desde pequeno pelo *décor* francês de uma residência versalhesca e descendente direto de Dona Veridiana Prado – “uma rebelde que descobriu sua causa ao transplantar a cultura europeia para São Paulo”, como recurso “para adquirir a própria liberação”, na opinião de Darrell Levi (1977, p. 152) –, Eduardo Prado não negou as origens, absorveu a noção da superioridade racial, generalizada no seu tempo, e aferrou-se ao fascínio europeu. Mas fendido em dois. De um lado, encantava-

-se com a *joie de vivre* da burguesia francesa, padrão social obrigatório em seu meio; de outro, não se desgrudou das manobras capitalistas inglesas, com as quais manteve contato estreito, talvez como forma de sustentar seu galicismo, com folga e garantia adicional. Ao longo de seu texto sanguíneo, no qual fustiga a versão norte-americana do capitalismo, mas poupa a versão inglesa, Eduardo Prado goteja veneno racial até mesmo quando elogia, ao contrapor molduras nacionais históricas, ou quando embaralha, de propósito, o modelo de exploração capitalista com a origem étnica de seus praticantes, como nesta passagem: “O capitalismo, semita ou não semita, goza hoje de privilégios reais e efetivos muito mais vexatórios do que os privilégios antigos da nobreza e do clero” (Prado, 1961, p. 133). Por outro lado, ao vitimizar o destino de países pobres, ele não hesita em reconhecer que os Estados Unidos são habitados pela “raça mais enérgica da espécie humana em contraposição a outros espaços habitados por indivíduos de raças menos enérgicas” (Prado, 1961, p. 170). Um pouco mais adiante, o destemperado ensaísta admite que a mistura étnica norte-americana carrega consigo “camadas inferiores da população rural” (Prado, 1961, p. 175). Mas o caldo entorna de vez no final desta catilinária de concatenação frágil, quando Eduardo Prado, expondo suas vísceras patriarcais e liberando sua visão de mundo de brasileiro *enragé*, providencialmente bem instalado na *rue de Rivoli*, acusa os estudantes brasileiros nos Estados Unidos de ignorarem “os rudimentos de toda e qualquer instrução geral”. Segundo o patriarca do café,

“[...] esta mocidade julga as cousas americanas, compara os Estados Unidos com o Brasil, não vê as nossas qualidades, não conhece os antecedentes da nossa história, os feitos dos nossos maiores, e por isso quer lançar tudo ao desprezo, rompendo com o passado e, se eles pudessem, transformariam a sociedade brasileira num arremedo simiesco dos Estados Unidos, que eles julgam o primeiro país do mundo, porque há por lá muita eletricidade e bons *water closets*. Não tendo a ponderação que à raça saxônia dá a harmonia do seu desenvolvimento,

estes nossos pobres luso-índio-negróides desequilibram-se de todo, no meio da febricitação americana” (Prado, 1961, p. 181).

São poucos os estudos dedicados à figura de Eduardo Prado, se levarmos em conta sua repercussão. Em 1967, Candido Mota Filho, através da José Olympio, dedicou-lhe biografia fornida e simpática: *A Vida de Eduardo Prado*. Anos depois, em 1977, foi a vez de Darrell Levi publicar livro sobre *A Família Prado*, acima citado. Lúcia Lippi Oliveira, depois, sumariou bem as principais linhas de *A Ilusão Americana* em ensaio publicado como parte de livro organizado por Lourenço Dantas Mota: *Um Banquete no Trópico* (Dantas Mota, 1999). Mas o dedo rápido e curto na ferida quem o põe é Maria de Lourdes M. Janotti, que, numa breve passagem de *Os Subversivos da República*, enquadra, com elegância acadêmica, o panfletário Eduardo Prado:

“No conjunto, *A Ilusão Americana* é uma obra que explora três ordens de ideias: o nacionalismo, a crítica da república brasileira e a defesa dos interesses britânicos. Esta última dimensão, ainda não explorada pela crítica, permeia todo o discurso” (Janotti, 1986, p. 80).

Não é de mosqueteiro um outro livro que aparece no final do século XIX. É de um estudioso, de um diplomata, de um homem do *métier*, de um historiador sistemático, pernambucano de origem, autor de bibliografia considerável. Bibliófilo compulsivo, adquiriu estupenda biblioteca, que legou à Catholic University of America (Washington, DC), em aparente gesto de enfado contra o Brasil. É de Oliveira Lima (1867-1928) um dos depoimentos mais extensos e mais substanciosos sobre os Estados Unidos, publicado em 1899: *Nos Estados Unidos* (Oliveira Lima, 1899). Independente de eventuais passagens discutíveis, seu livro respira estudo e serenidade, decorrentes de observação contínua e de profissionalismo, sobretudo.

Como ex-funcionário de nossa embaixada em Washington, Oliveira Lima estabeleceu fortes relações intelectuais com o país, do que

é bom exemplo sua ligação com John Casper Branner (1850-1922), perito em geologia brasileira, professor da Stanford University, onde foi seu segundo reitor, e para a qual doou sua enorme biblioteca também. O vínculo entre ambos, ainda a ser melhor investigado, fica claro em dedicatória que Oliveira Lima inscreveu na página inicial de outro livro seu, *La Evolución Histórica de la América Latina* (1912). Neste livro, dedicado ao colega de Stanford, Oliveira Lima recolheu suas seis conferências pronunciadas naquela universidade, em outubro de 1912, a convite de Casper Branner. Em seguida, elas foram repetidas em Berkeley, em Chicago, em Madison, em Ann Arbor, em Cornell, em Columbia, no Vassar College, na John Hopkins, em Yale e Harvard. Por esse circuito acadêmico, percebe-se que a familiaridade de Oliveira Lima com os Estados Unidos ia muito além da rotina diplomática.

Nos Estados Unidos – voltemos ao livro – é dividido em 11 capítulos, que cobrem uma gama considerável de assuntos: a questão do negro; os efeitos da imigração; as qualidades do povo; a influência da mulher; a sociedade em geral; o modelo político; a fé católica e a educação; a literatura norte-americana; a política externa do país; as relações entre os dois países; a política colonial.

A perspectiva do ensaio é, de preferência, comparatista. Com base em sua extensa folha corrida de diplomata acreditado em Berlim, Washington, Londres, Tóquio, Caracas, Bruxelas e Estocolmo, Oliveira Lima procura sempre pensar o seu país a partir de um outro estrangeiro. Daí que não lhe seja incomum a reflexão paralela, na qual a herança latina é confrontada, sempre que possível, com a saxônica. Sua bibliografia geral e extensa navega entre esses dois polos, entre os quais mal se esconde um toque de iberismo como pano de fundo.

Ambiciosa, mas nada afoita, *Nos Estados Unidos* é obra de estudioso aclimatado ao recolhimento do escritório. Mesmo que possa incorrer em opiniões temerárias – e como incorre! –, é livro que não brotou de zanga pessoal, nem de preferência por esta ou aquela forma de governo, mas do exercício sistemático da observação, da análise, da erudição, do contraste, da con-

sulta, da vivência sistemática com bibliografia selecionada e atualizada. Sua leitura exige – e aguarda – meditação, não reação emocional, de aplauso ou de rejeição².

Logo na “Introdução”, Oliveira Lima deixa claro sua admiração pelo país e com lápis grosso destaca seus traços comportamentais públicos e privados, tendo como referência simbólica as figuras de Washington, o aristocrata de origem, e a de Lincoln, “o rachador de lenha e barqueiro do Mississippi” (Oliveira Lima, 1899, p. 15). Depois dessa contraposição didática, *Nos Estados Unidos* abre-se com uma exposição sobre a espinhosa questão do negro norte-americano, um tema que viria a ser do agrado, bem mais tarde, de um discípulo informal de Oliveira Lima: Gilberto Freyre. Nas linhas desse primeiro capítulo não é difícil surpreender sugestões que, mais tarde, viriam a ser desenvolvidas pelo sociólogo pernambucano.

Nesse primeiro capítulo, é visível o esforço panorâmico para a avaliação da questão, mas eivado de conservadorismo. Como se fosse enorme tabuleiro, Oliveira Lima vai dispondo as peças sociais e políticas de uma engrenagem complexa, não se abstém de opinar, esforça-se para desenhar um quadro das contradições locais, socorre-se de dados estatísticos e alia a observação direta com a informação que lhe trazem não só os livros, mas também a leitura atualizada dos periódicos norte-americanos. Com esse método vivo, porque nascido da combinação do silêncio com a vivência, não surpreende que um desconcertante elogio ao conservadorismo confederado – capaz, segundo o autor, de expandir as fronteiras do país rumo ao sul ou ao oeste (Oliveira Lima, 1899, p. 24) – venha atrelado, em seguida, a uma acusação: a de que essa energia política confederada gera, ao mesmo tempo, um cenário político demagógico. De acordo com as próprias palavras de Oliveira Lima, “a aristocracia sulista era no fundo uma demagogia: repousava sobre massas incultas” (Oliveira Lima, 1899, p. 24). Nesse

2 Em 2008, o Senado Federal de Brasília publicou nova edição deste livro com estudos introdutórios de Paulo Roberto de Almeida e Margarida Patriota.

tom que não se cansa de apontar as contradições internas, Oliveira Lima vai desfilando suas observações, minuciosas ou abrangentes, sobre “falcatruas eleitorais, discriminação, segregacionismo, migração interna, porte físico do negro para o trabalho duro, indolência e negligência dos negros, o fazendeiro branco, que cultiva frutos e cereais, e o preto [que] cria porco” (Oliveira Lima, 1899, p. 31), o “explicável desprezo do Americano pela raça africana” (Oliveira Lima, 1899, p. 31), a “divisão da propriedade”, o seu “arrendamento” ou sua “posse”, a abundância de filhos entre os negros, o erro de lhes atribuir “direitos políticos”, a existência de “índios [como] criaturas fatalistas e taciturnas, os chineses que não votam, a superioridade americana [que se deve] ao branco, a mão de obra barata” desempenhada pelo negro, o “cultivo do açúcar e do algodão”, o papel da mulher na sociedade, a escolha do “magistério” e do “sacerdócio” pelos negros e por aí adiante. Não lhe faltam nem mesmo alguns comentários passageiros que, mais tarde, ressoarão, *sotto voce*, no primeiro Gilberto Freyre de *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*. Como este, por exemplo: “Nós estamos por conseguinte mais perto de pôr em prática a equidade social educando a raça negra, evitando que ela, fora do carinho interesseiro das plantações, recaia na barbárie que ainda lhe não tinha sido dado despir inteiramente” (Oliveira Lima, 1899, p. 45).

Um painel bem geral, não se pode negar.

São 11 os capítulos de *Nos Estados Unidos*. Afora os temas políticos e sociais, que se espalham por dez capítulos deste livro, há um outro, de feição complementar, sobre a literatura norte-americana. Trata-se, no entanto, de inserção um pouco enganosa, uma vez que não é a literatura em si que está em discussão, mas uma concepção mais larga, menos beletrística e mais próxima da concepção onívora de Sílvio Romero, que via a literatura como fenômeno onde cabiam todos os documentos escritos, viessem de onde viessem. No caso de Oliveira Lima, este capítulo de 40 páginas ocupa-se de historiadores, filólogos, memorialistas, etnógrafos, paleontólogos, o que deixa pouco (ou nenhum?) espaço para escritores que se

tornaram canônicos dentro daquela literatura. Incomoda um pouco o esforço do autor no sentido de incluir figuras governamentais, que se permitiram o exercício literário. Da listagem de Oliveira Lima ficaram de fora nomes que, embora correntes, vieram a se tornar de relevo naquela literatura. Para não exemplificar muito, lembraríamos alguns, como os de Fenimore Cooper, E. Allan Poe, Nathaniel Hawthorne, Herman Melville e Walt Whitman.

Em vez deles, Oliveira Lima preferiu, por ordem de entrada em cena, Mark Twain (1835-1910), Francis Marion Crawford (1854-1909) e John Fiske (1842-1901).

Mark Twain, por conta de seu humor e de seu nacionalismo, “indubitavelmente americano” (Oliveira Lima, 1899, p. 336); F. Marion Crawford, por conta de seu forte apego ficcional à paisagem italiana e romana; e o polígrafo John Fiske, por conta de sua precocidade, de sua “curiosidade” enciclopédica e porque Oliveira Lima acreditava que fosse ele “o maior filósofo dos Estados Unidos” (Oliveira Lima, 1899, p. 355).

Desse tipo de rompante emocionado escapou José Veríssimo (1857-1916). Mas não escapou dos preconceitos de época. Ao fazer a crítica de *Nos Estados Unidos*, recolhida em 1902 no primeiro volume de seu *Homens & Coisas Estrangeiras (1899-1900)*, sob o título de “O País Extraordinário”, Veríssimo reconhece que o livro de Oliveira Lima é, naquele fim de século, “o melhor manual existente em português para conhecermos os Estados Unidos” (Veríssimo, 1902, p. 185). Em seguida, ao resenhar alguns capítulos, como aquele sobre o negro, de Veríssimo emerge, sem censura, uma visão de mundo surpreendente para quem se conduzia pela ponderação crítica contínua, quase asséptica: “Estou convencido, como o Sr. Oliveira Lima, que a civilização ocidental só pode ser obra da raça branca, e que nenhuma grande civilização se poderá levantar com povos mestiços” (Veríssimo, 1902, p. 192).

Não são poucos os textos de José Veríssimo sobre escritores da cultura de língua inglesa ou, mais especificamente, da cultura norte-americana. Sua atenção cautelosa à produção literária norte-americana já vinha de longe, dos tempos

em que ainda batalhava por uma “educação nacional” – título de um de seus primeiros livros, publicado em 1890 – mais ajustada às nossas necessidades. Nessas alturas, ainda em Belém do Pará, ele já apregoava: “Estudemos os Estados Unidos, estudemo-los não superficialmente como em tudo soemos fazer, mas fundamente” (Veríssimo, 1906, p. 199). E, um pouco antes dessa passagem, para que não o acusassem de adesista leviano, sua advertência não era menos incisiva: “Essa civilização sobretudo material, comercial, arrogante e reclamista, não a nego grande; admiro-a, mas não a estimo” (Veríssimo, 1906, p. 177).

Se feito um recenseamento estatístico das dezenas de artigos críticos escritos pelo intelectual paraense, não causará nenhum espanto ficarmos sabendo que os ficcionistas e intelectuais que lhe servem de parâmetro são os franceses, primeiro, e os portugueses, em seguida. Nos muitos livros de ensaios sobre literatura brasileira escritos por José Veríssimo, a francofilia é constante e isso não é novidade nenhuma, nem defeito. Isso é acaciano. Isso era praxe. Isso é de época. Naquele momento, a literatura francesa funcionava como modelo generalizado para a criação literária, em termos de ficção, poesia e crítica, não só no Brasil como no resto da América Latina e na Península Ibérica. Gravítávamos todos em torno de Paris, meca para a imortalidade intelectual. O Sena era o único rio que corria em todas essas aldeias.

No precioso repertório bibliográfico das últimas páginas de *A Tradição do Impasse*, João Alexandre Barbosa arrolou cerca de 544 itens assinados por José Veríssimo, entre artigos e resenhas, éditos ou inéditos, espalhados por livros, jornais e revistas (Barbosa, 1974). Entre eles contam-se 18 itens que abordam os Estados Unidos em sua literatura, política, sociedade e relações internacionais. Se, no plano político, a reserva de Veríssimo é sistemática, no plano intelectual sua admiração pelas conquistas educacionais, institucionais e editoriais não se cala, mas também não se excita. Como era do seu feitio, é admiração controlada, mas nem por isso menos importante, porque seu foco, nos poucos artigos que escreveu a respeito do segmento literário e cultural, toma rumo es-

pecífico e escapa até mesmo à crítica literária convencional. Em vez de se pronunciar sobre este ou aquele romance, este ou aquele livro de poemas, Veríssimo prefere ressaltar componentes que colaboram para constituir o sistema intelectual e literário norte-americano: universidades, agremiações, periodismo especializado, rede de bibliotecas, remuneração intelectual, hábito das doações, etc.

Naquele contexto de franca adesão às fontes francesas em que vivia, surpreende, pois, a frequência com que José Veríssimo se refere a revistas literárias e culturais norte-americanas: *The Forum*, *North-American*, *Arena*, *Nineteenth Century*, *Harper's Monthly Magazine*.

Uma pesquisa focada no tema talvez pudesse aumentar este elenco e qualificá-lo com mais apuro. Enquanto isso não ocorre, vejamos dois artigos seus, publicados no primeiro volume de *Homens e Coisas Estrangeiras (1899-1908)*³: “Um Americano e a Literatura Americana” e “A Vida Literária nos Estados Unidos”. São estes que nos interessam por causa de sua rota alternativa.

No primeiro deles, que é de junho de 1899, Veríssimo comenta artigo de Hamilton W. Mabie, “codiretor de um magazine e autor de meia dúzia de livros de crítica e literatura” (Veríssimo, 1902, p. 52); no segundo, que é de outubro de 1899, sua atenção se volta para um livro que rendia culto à memória de John Russell Lowell (1819-1891), poeta romântico norte-americano.

Se nenhum desses dois artigos se ocupa de criação literária especificamente, por que destacá-los? Exatamente porque não se ocupam da criação literária especificamente, mas, antes, de ocorrências que lhes são periféricas e, nem por isso, menos importantes. Trata-se de ocorrências que viriam a ser valorizadas muitos anos depois, quando entraram em discussão as questões relativas à produção material de um sistema literário e artístico.

Sem separar com nitidez o conteúdo desses dois artigos, o que importa neles é

3 Em 2003, João Alexandre Barbosa organizou, prefaciou e publicou os três volumes de *Homens e Coisas Estrangeiras* em um volume só, que saiu pela Topbooks.

como José Veríssimo captura, com precisão, alguns elementos que favorecem a constituição de uma sociedade literária no lado de cá do Atlântico, sem que isso implicasse fazer do pensamento americano “um pálido reflexo do pensamento europeu” (Veríssimo, 1902, p. 49). O que está em causa, de forma sub-repticiamente comparativa e como recado indireto para o leitor brasileiro de Veríssimo, é a especificidade da produção artística norte-americana. É para o processo de produção do segmento literário que Veríssimo chama nossa atenção. De acordo com ele, não se pode descuidar do processo, se a quisermos robusta, volumosa e saudável. Não basta prestar atenção apenas no romance ou no poema. É preciso se preocupar, também, com o sistema de bibliotecas; com a formação dos profissionais, que nelas atuarão; com uma rede universitária extensa e de qualidade indiscutível; com um periodismo especializado e sistemático; com livrarias que não só vendam, mas que acolham também escritores de exercício variado; com uma programação contínua de conferências e exposições públicas; com a remuneração intelectual condigna; com a separação inequívoca entre interesses de procedência diversa, a fim de se impedir a “mistura perniciosa de convento e quartel” (Veríssimo, 1902, p. 119); com a rede escolar; com o fomento às doações institucionais. Uma longa frase sua sintetiza bem a desatenção pela alta cultura que nos castiga no hemisfério sul. Diz Veríssimo:

“Nada obstante a sua admirável organização do ensino primário, exemplo e inveja da mesma Europa, as suas numerosas universidades, academias, colégios e institutos de instrução de toda a ordem, a cópia assombrosa das suas sociedades de estudos, instituições científicas, estabelecimentos didáticos de todo o gênero, dotados alguns como não há outros no mundo, da produção maravilhosa e única da sua livraria em revistas, magazines, jornais científicos, literários e artísticos, do número sem igual das suas bibliotecas, do progresso sempre crescente dos estudos clássicos e desinteressados, da cultura da erudição e da cultura científica nesse país que a muitos se afigura apenas como um

bronco e vasto armazém, não conseguiram eles fazer exceção notável ao legítimo despreço em que, nesse particular, os temos nós mesmos americanos” (Veríssimo, 1902, p. 50).

Ora, todo esse aglomerado explícito de instâncias que produzem e sustentam a cultura, elencadas por José Veríssimo, discrepa, até onde sabemos, da batida rotineira de nossa crítica literária do final do XIX, que se concentrava, de preferência, nas novidades e nos lançamentos. Uma pesquisa mais extensa poderá confirmar esta suspeita: a de que novos ingredientes críticos estão sendo acrescentados por Veríssimo à reflexão sobre o fazer cultural e literário, encorpando-o. Se voltarmos à listagem final de *A Tradição do Impasse*, de João Alexandre Barbosa, vamos observar que os títulos de muitos dos artigos de Veríssimo, disseminados pela imprensa da época, já sugeriam essa inquietação precoce com as condições materiais da produção literária. Fiquemos com alguns exemplos: “Das Condições da Produção Artística”, “A Produção Literária no Brasil”, “Condições da Produção Literária no Brasil”, “A Propriedade Literária no Código Civil”, “A Imprensa em Minas Gerais”, “Sobre a Formação da Literatura Brasileira”, “A Academia Brasileira” e a série sobre “Vida Literária”, publicada na revista *Kosmos* entre 1904 e 1908. Se conciliarmos essas pistas soltas com a introdução de Veríssimo para a sua *História da Literatura Brasileira* (1916), obra que compendia e coroa sua carreira como crítico, não será difícil observar que muitas dessas noções de estruturação convergente a favor de um processo de formação de uma literatura nacional foram agregando-se devagar em sua reflexão e culminaram com a “Introdução” que abre sua *História da Literatura Brasileira*. Nela, não passam despercebidas certas expressões e sintagmas que, anos depois, vieram a se tornar vitais para a construção da *Formação da Literatura Brasileira* (1957), de Antonio Candido, cujos dois volumes originais deram nova régua e compasso para pensarmos a nossa literatura, a partir de 1957. Anos depois, tamanha afinidade crítica veio a lume mais uma vez, quando Antonio Candido se ocupou, por exemplo, da

literatura como fenômeno “associativo” em “A Literatura na Evolução de uma Comunidade” em seu *Literatura e Sociedade*, de 1965.

Essa especulação, no entanto, afasta-se demais do recorte temporal que nos impusemos para este artigo. Fica para outra ocasião.

Dentro, portanto, dos limites que traçamos, faltam ainda muitos itens a considerar, o que estenderia demais também este texto. Que esperem, pois, as crônicas sempre discretas de Machado de Assis; um que outro artigo de Euclides da Cunha ou de Aluísio Azevedo; alguma crônica trêfega de João do Rio, sempre encantado com as modernidades técnicas a seu redor; a correspondência de Salvador de Mendonça e de Joaquim Nabuco, nossos embaixadores em Washington; o confronto assustador entre Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, que redundou em comovente, elegante e breve carta de ruptura pessoal, assinada por Nabuco; a disputa em torno da política pan-americanista, motivo do confronto entre ambos; a zanga de Lima Barreto; a poesia hermética de Sousândrade. A seu tempo, virão, se der.

Mas que venha já, a título de finalização, o depoimento raro e inesperado de um dos nossos naturalistas mais radicais, precocemente falecido e francófilo militante, Adolfo Caminha (1867-1897). Que foi autor de dois romances que sacudiram e amarrotaram casacas e cartolas, corpetes e corseletes da comportada sociedade brasileira do fim do século: *A Normalista* (1893) e o *Bom-Crioulo* (1895). Entre o aparecimento de um e de outro, Caminha publicou *No País dos Ianques* (1894), relato de viagem aos Estados Unidos, quando o escritor tinha apenas 19 anos, nas vésperas da Abolição. O livro foi escrito em 1890, mas publicado apenas em 1894.

Dessa viagem como praça da Marinha brasileira, Caminha deixou declaração apaixonada. Tão apaixonada quanto sua admiração pelo romance de Zola, seu guru literário. *No País dos Ianques* parece ser, salvo cochilo da pesquisa, o segundo depoimento de intelectual brasileiro sobre os Estados Unidos, depois do *Diário da Filadélfia*, de Hipólito José da Costa, que – lembre-se – foi escrito entre 1798 e 1799, mas publicado no Brasil apenas em 1955.

Adolfo Caminha visitou Nova Orleans, Nova York, Baltimore, Filadélfia, Anápolis, West Point e Newport, a bordo do Almirante Barroso. Antes de chegar a Nova Orleans, seu barco tocou no Recife, em Barbados e na Jamaica. Depois de Nova Orleans e a caminho de Nova York, o Almirante Barroso estacionou oito dias em Cuba, sempre sob o comando do feroz e inflexível almirante Saldanha da Gama, de “temperamento atrabiliário, sanguíneo, nervoso, sujeito a transições bruscas, inesperadas, impetuosas e violentas, arbitrário e prepotente”, adepto entusiasmado da pavorosa chibata. Segundo Caminha, a “natureza rancorosa” de Saldanha da Gama não titubeava em transgredir o “código penal militar”, que estipulava “vinte e cinco” chibatadas, por dia, no máximo. O almirante “não trepidava, e isto é sabido, em mandar açoitar com duzentas chibatadas um praça qualquer, tal fosse o delito cometido. A um simples olhar seu as guarnições tremiam como caniços” (Caminha, 1979, p. 131).

Do pouco que se escreveu a respeito do escritor cearense, uma das apreciações mais adequadas parece ser a de Frota Pessoa (1902, p. 226):

“Adolfo Caminha foi um desses seres de destino errado. Ele não nasceu, nem para o homem que foi, nem para o escritor que se manifestou. O desencontro da sua missão social e da sua missão intelectual formou todo o seu infortúnio”.

A morte precoce atalhou, no entanto, seu percurso, impedindo-o de, quem sabe, burlar mais sua vocação literária. Porque, se nos fiarmos na escolha temática de seus dois romances principais, de tom próximo do denunciatório, difícil será compatibilizá-los com o entusiasmo juvenil que toma conta de *No País dos Ianques*. Para Caminha, a viagem prolongada de quase um ano foi mesmo de libertação e descoberta. Seu encontro com uma sociedade de carne e osso revelou-se em tudo contrário aos seus romances, que preferiam tão somente a carne. Sua disposição simpática para o novo, em inevitável perspectiva comparativa, mostra-se amiúde e se escancara diante de Nova York, onde os bra-

sileiros permaneceram ancorados por “quase dois meses” (Caminha, 1979, p. 175):

“E punha-me, nessa embriaguez do grandioso, a pensar no progresso dos Estados Unidos, desse país modelo, onde tudo move-se por meio de eletricidade e vapor, onde tudo é feito às carreiras, num abrir e fechar de olhos, sem a menor perda de tempo; vinham-me à imaginação escandecida as descobertas de Franklin, de Fulton e de Edison, as maravilhosas experiências sobre o telégrafo, sobre o telefone e sobre o fonógrafo, e eu repetia com os meus botões, mergulhando o olhar na distância, abarcando a cidade inteira: – Grande país! Grande povo, gente feliz, que sabe compreender a vida e amar a pátria! Como era pequeno meu país, com toda a grandeza de suas montanhas e de seus rios, diante do colosso americano do norte!” (Caminha, 1979, p. 164).

Mas, antes que alguém o tome por leviano e deslumbrado, é preciso lembrar que, ao longo de seu relato, há momentos – curtos, é verdade – de constrangimento, de azedume ou de observação crítica, quando aquilo que o marinheiro vê não corresponde a uma vaga noção de ordem ou de evolução. Diante dessa discordância, admite Caminha na “Introdução” de seu diário de bordo, é Taine que o orienta, como “uma espécie de bússola”, no rumo da observação visual, assentada sobre a boa fé: “*Que chacun dise ce qu’il a vu, et seulement ce qu’il a vu*” (Caminha, 1979, p. 115).

Em sendo assim, podemos acompanhá-lo na viagem e testemunhar seu desapareço inicial por Barbados e Jamaica. Seguindo-o mais um pouco, testemunhamos sua admiração pelo comportamento da mulher norte-americana, que se impõe diante do homem; sua contrariedade com o mau alçamento de Nova Orleans; sua mágoa com a presença pífia do Brasil numa exposição internacional que se realizava naquela cidade do delta do Mississippi, motivo da viagem oficial; sua rejeição ao “anacrônico império do Sr. D. Pedro II”; seu bom humor com a balbúrdia de Coney Island; sua repulsa à cidade de Anápolis, “um quilombo africano”, que dorme “seu pesado sono tumbal”; seu en-

cantamento com West Point e Newport, “uma cidadezinha elegante e sossegada”⁴.

As impressões juvenis de Adolfo Caminha desapontam a expectativa de quem aguarda comportamento judicioso em relato de viagem. No entanto, talvez por isso mesmo, colaboram para oferecer, ao brasileiro a quem se destinam, uma visão precoce sobre a região meridional norte-americana, que dificilmente entra em nossa cogitação. Uma região que, por força de sua alta demografia negra e de sua forte mestiçagem étnica e cultural, sem contar seu cenário político historicamente tortuoso e sua forte propensão à ruralidade, dá muito o que pensar em termos de contraste Brasil-Estados Unidos.

É a Bilac – mais uma vez! – que recorremos, no entanto, para encerrar estas considerações em torno das relações intelectuais entre Brasil e Estados Unidos.

Como se sabe, o parnasiano conseguiu conciliar bem sua carreira de jornalista e de poeta. Como cronista, sua presença nos jornais resultaria em boa quantidade de livros, se produzidos a tempo; como poeta, seus versos apareceram, pela primeira vez, em *Poesias*, edição de 1888, seguida de inúmeras outras sempre acrescidas. O último acréscimo, “Tarde”, se dá em 1918, ano de sua morte. E é nele que se encontra um soneto dedicado a “New York”.

Pouco ou nada se sabe se, viajante contumaz, Bilac teria conhecido ou não os Estados Unidos. Seus quatro biógrafos – Afonso de Carvalho, Eloy Pontes, Raymundo Magalhães Jr. e Fernando Jorge – silenciam a respeito. Não há, portanto, segurança nenhuma em torno dessa hipótese.

O importante, no entanto, não é a concretude da presença na cidade, mas a sua representação poética, cerne íntimo e indisputável da literatura, sua resistência.

“New York” está na página direita do livro, bem em frente a um outro soneto dedicado a “Vila Rica”. Em páginas opostas, enfrentam-se e espelham-se os dois (Bilac, 1961, pp. 316-7). Se casual ou proposital, é assunto que provoca, mas de piso arenoso. Para torná-lo menos cedi-

4 Essas passagens relativas aos Estados Unidos estão entre as páginas 137 e 176 da edição utilizada.

ço seria necessário um mínimo de informação de caráter editorial. Sem ela, é temerário. Mas isso não impede que a imaginação, calcada na configuração das páginas e no conteúdo dos sonetos, se alvoroce, se mexa.

Sem pretender a análise dos dois sonetos, mas apenas sua paráfrase, começemos por “Vila Rica”, cujo nome já regressivo situa a cidade em tempo remoto, colonial e anterior ao século XIX, capaz de evocar o sacrifício de Tiradentes, a violência da devassa, o peso da dependência política e os conflitos em torno do ouro, conjunto de fatores que ajudou a depauperar a cidade. A hora escolhida pelo poeta para o retrato urbano é a do fim do dia, quando tudo perece, escurece e se deforma, pela perda de nitidez dos contornos. Reforçam essa atmosfera de declínio a velhice das casas, as minas em sangue e a terra que se fende, resultado da cobiça. Um toque religioso de luto se mostra presente como que a intensificar a atmosfera de morte inevitável, que a extrema-unção sugere e garante. O lusco-fusco da cerração, do crepúsculo e da neblina impede a presença da luz, que é o contrário da escuridão, própria do fim. Nesse cenário, se alguma coisa se mexe não é gente: são espectros, figuras que deixaram de viver e se arrastam sem destino, ao som de música que se arrasta igual. A vila que, apesar de antiga, era rica, tornou-se triste, amarelada e ensopada. Agora, o som que a preenche vem de versos que cantam um amor também condenado à morte, e o ouro, que já foi brilhante e vivo, agora é preto.

Na página oposta, dá-se o inverso.

“New York” contorce-se em movimento ruidoso. Nela o movimento ascensional, a agitação e o ruído se apresentam logo no primeiro verso, onde o céu não amortalha a terra, mas, sim, corre o risco de ser invadido por uma tropa terrestre de deuses extraordinariamente musculosos e barulhentos, de origem grega. São tão ousados que desrespeitam a tradição do céu como morada celestial e partem da terra para invadi-lo, em inversão explícita. O cortejo de referências clássicas à cidade preenche-a de história, empresta-lhe vitalidade extraordinária, estufa-lhe as artérias, energiza-lhe as praças, provocando agitação incessante e assombrosa em todos os seus recantos. Nada está parado em “New York”. É tão frenética a agitação da cidade que nem a falta de tempo, que Lutécia e Roma poderiam lhe oferecer, prejudica-a. Porque seu porte gigantesco agasalha em si a figura do volumoso Prometeu, o ladrão do fogo que socorreu os homens e deles se tornou protetor, indiferente ao martírio e à punição de que seria vítima. O contraste flagrante entre o clima soturno e religioso da cidade mineira e a alacridade de Nova York torna ociosos outros comentários. Diante da imagem de uma cidade que se esvai e se esgarça no passado soturno e de outra que se tonifica e se alimenta do presente excitante, parece ficar registrado e condensado um modelo de comportamento possível. Mas imagem e imaginação, sempre. Passível de ser desmanchada pela ação humana real, privilégio da história.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, João Alexandre. *A Tradição do Impasse. Linguagem da Crítica & Crítica da Linguagem em José Veríssimo*. São Paulo, Ática, 1974.
- BILAC, Olavo. *Poesias*. 27ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1961.
- CAMINHA, Adolfo. *Tentação/No País dos lanques*. Edição org. por Sânzio de Azevedo. Rio de Janeiro/Fortaleza, J. Olympio/Academia Cearense de Letras, 1979.
- DANTAS MOTA, Lourenço (org.). *Um Banquete no Trópico*. São Paulo, Editora Senac, 1999.
- DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista*. São Paulo/Campinas, Edusp/Imprensa Oficial/Unicamp, 2006 (3 vols.).
- FROTA PESSOA, José Getúlio da. *Crítica e Polêmica*. Rio de Janeiro, Artur Gurgulino, 1902.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LEVI, Darrell E. *A Família Prado*. Trad. de José Eduardo Mendonça. São Paulo, Cultura 70, 1977.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Nos Estados Unidos. Impressões Políticas e Sociais*. Leipzig, F. A. Brockhaus, 1899.
- PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906.
- . *Homens e Causas Estrangeiras I - 1899-1900*. Rio de Janeiro, Garnier, 1902.